

A extrema-direita portuguesa na “Rua”: da transição à democracia (1976-1980)

The Portuguese Extreme Right on the “Street”: From Transition to Democracy (1976-1980)

Riccardo Marchi*

Resumo

O artigo apresenta a estratégia política da extrema-direita portuguesa entre os anos de 1976 e de 1980. O intuito é perceber como e porque esta área política não conseguiu vincar a sua presença através de um partido sólido institucionalizado durante os anos da transição e consolidação da democracia. A análise utiliza, como fonte principal, o semanário *A Rua*: a voz mais reivindicativa e militante da extrema-direita portuguesa nesse final dos anos 70.

Palavras-chave

Portugal. Transição. Extrema-direita.

Abstract

The paper presents the political strategy of the Portuguese Extreme Right between the years 1976 and 1980. The aim is to understand how and why this political area failed to emphasize its presence through a solid party institutionalized during the years of the transition and consolidation of democracy. The analysis uses, as its primary source, the weekly *A Rua* [The Street]: the most demanding and militant voice of the Portuguese Extreme Right of the late '70s.

Keywords

Portugal. Transition. Extreme Right.

* Investigador de pós-doutoramento – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), Lisboa (Portugal). E-mail: riccardo.marchi@ics.ul.pt

Introdução

No dia 25 de Abril de 1974 um golpe de estado militar põe termo a mais de quatro décadas de regime autoritário e inaugura um período conturbado, do ponto de vista político e social, que desembocará na construção também em Portugal de um regime democrático de tipo ocidental. Este período, que se desenvolve entre 1974 e 1982, é caracterizado por uma fase revolucionária, imediatamente sucessiva ao golpe militar, terminada no 25 de Novembro de 1975 e por uma fase de normalização democrática, culminada na revisão constitucional de 1982 que elimina os últimos vestígios do controle militar sobre o poder política civil.¹ Ao longo destes anos, diferentes actores disputam entre si a hegemonia para a construir Portugal pós-autoritário segundo modelos alternativos: desde o modelo marxista da sociedade sem classes típicas das democracias populares, ao modelo social-democrata ou inspirado na doutrina social da Igreja, ambos orientados para uma democracia de tipo ocidental. Na direita dos partidos favoráveis ao modelo ocidental, movem-se forças sociais e políticas fortemente adversas ao golpe de estado de 25 de Abril de 1974. Estas forças são constituídas principalmente por grupos que, nos últimos anos do Estado Novo, animaram uma oposição de direita ao consulado de Marcelo Caetano, em nome da defesa intransigente do Império português, ameaçado pela tímida liberalização do sucessor de Salazar.² Na alvorada do 25 de Abril e na debandada total das forças do antigo regime, esta “oposição de direita” organiza-se com o intuito de garantir, quanto mais possível, os laços de Portugal metropolitano com os territórios extra-europeus do Império português. Torna-se, assim, a facção mais activa daquela frente que passará a ser conhecida como “a reacção” e cuja actividade pode ser dividida em três sub-períodos, ao longo dos anos da transição e da normalização democrática, entre 1974 e 1980. Uma primeira fase, entre o 25 de Abril de 1974 e o 11 de Março de 1975, é caracterizada pela tentativa da extrema-direita de constituir partidos capazes de reunir os descontentes com a radicalização à esquerda do processo revolucionário. Uma segunda fase, entre as duas fracassadas intentonas militares, respectivamente de direita e de esquerda, de 11 de Março de 1975 e de 25 de Novembro de 1975, é caracterizada pela passagem da extrema-direita à clandestinidade, à acção terrorista e ao apoio das insurreições violetas anticomunistas no norte do país (o

¹ RAMOS, Rui. Uma democracia europeia (desde 1976). In RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p.747-777.

² JÚDICE, José Miguel. Oposição de direita a Marcello Caetano. In BARRETO António; MÓNICA, Maria Filomena (orgs.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999-2000, V. 8, suplemento F/O, p. 643-644.

chamado "Verão quente" de 1975). Uma terceira e última fase, após o 25 de Novembro de 1975, que inaugura o processo de normalização da democracia portuguesa, é caracterizada pela retoma por parte da extrema-direita da estratégia eleitoralista, que naufragará definitivamente nas eleições legislativas de 5 de Outubro de 1980, ponto final das veleidades desta família política de se institucionalizar como força partidária autónoma na jovem democracia portuguesa.

Esta terceira fase, inaugurada pelo 25 de Novembro de 1975, representa, de facto, uma janela de oportunidades para a extrema-direita, comparativamente aos dois períodos precedentes. A maior liberdade de acção de que a extrema-direita pode gozar evidencia, assim, todas as limitações intrínsecas nesta área política em termos de estratégia política. A sua análise resulta particularmente útil para explicar o fracasso da extrema-direita em se constituir como actor político, se não relevante, pelo menos sólido e duradouro na democracia portuguesa. Para esse fim, a investigação utiliza, como fonte, um observador privilegiado dos eventos políticos que interessaram a extrema-direita neste período: o semanário *A Rua*, fundado em Abril de 1976 pelo jornalista Manuel Maria Múrias e que representará, nos seus quatro anos de publicação, a voz mais marcante da extrema-direita portuguesa. Através das páginas do semanário, será reconstruída a galáxia das forças de extrema-direita activas entre 1976 e 1980 e será evidenciada a estratégia política desta área radical tanto nas relações intercorrentes entre os sujeitos que a compõem, como entre estes e os actores do mais amplo panorama político português. O intuito é evidenciar os factores mais relevantes que caracterizaram a sua dinâmica política e que determinaram o seu êxito na fase de institucionalização e normalização da democracia portuguesa.

Uma geografia da extrema-direita

Entre 1976 e 1980, o arquipélago da extrema-direita desenvolve-se em cinco macro-áreas: a área dos partidos políticos; a área dos movimentos políticos; a área da imprensa militante; a área das estruturas metapolíticas; a área dos movimentos sociais. Do ponto de vista dos partidos políticos, três são os actores que lideram a extrema-direita no período 1976-1980: o Partido da Democracia Cristã (PDC), o Movimento Independente para a Reconstrução Nacional (MIRN) e a Frente Nacional (FN).

O PDC é o mais antigo dos três partidos. Fundado em Maio de 1974, o PDC vê-se empurrado cada vez mais a direita pelo nascimento e institucionalização do mais moderado Centro Democrático Social (CDS),

um partido de inspiração cristã que reivindica uma forte identidade centrista. O deslizamento a direita do PDC acentua-se ainda mais com a ilegalização do partido, no seguimento da tentativa golpista do general Spínola, em 11 de Março de 1975, vedando-lhe assim a possibilidade de se institucionalizar através da participação às eleições constituintes de Abril de 1975. Regressado à política activa após o 25 de Novembro de 1975, o PDC permanecerá como referente central, nos cinco anos seguintes, para uma parte do eleitorado à direita do CDS.

O MIRN, por seu lado, é uma organização fundada em 1977 por iniciativa do General Kaulza de Arriaga. Surgido inicialmente como círculo de admiradores do general, com o objectivo de lançar pontes entre as diferentes formações de direita e promover Kaulza de Arriaga na liderança da área anticomunista, o MIRN oficializa-se como partido somente no verão de 1979 com o nome de Partido da Direita Portuguesa (MIRN/PDP). Apesar de se apresentar como partido “anti-extremista”, o MIRN/PDP é posicionado, desde logo, pela imprensa política, na extrema-direita do espectro político português, devido ao perfil do seu fundador: considerado um ultra do meio militar do antigo regime e promotor de um suposto golpe de direita ainda antes do 25 de Abril de 1974, Kaulza de Arriaga sofre 16 meses de detenção por actividade contra-revolucionária, no seguimento do 28 de Setembro de 1974.

Finalmente, a FN é uma sigla efémera criada por ocasião das eleições legislativas de 1980, pelo grupo de Manuel Maria Múrias e do semanário *A Rua*. A sua importância reside no facto que formaliza como partido político um núcleo de extrema-direita particularmente activo e influente na estratégia de toda esta família política, no compasso temporal 1976-1980.

A área das revistas militantes insere-se no mais amplo fenómeno do ressurgimento da imprensa anti-comunista. No princípio da transição, os jornais abertamente de direita eram poucos, presentes principalmente a nível regional ou ligados aos partidos político, mas todos fortemente influenciados pelos condicionalismos do período revolucionário e sujeitos frequentemente à repressão das instituições revolucionárias. No pós-25 de Novembro, pelo contrário, a mudança do clima político facilita a publicação de vários jornais de direita.³ No espectro da extrema-direita posicionam-se, assim, publicações como *Resistência*, *A Rua*, *Futuro Presente*. A revista *Resistência* é a voz histórica do catolicismo tradicionalista e contra-revolucionário. Activa desde 1969, a revista mantém a publicação constante ao longo de todo o período da transição democrática, tentando

³ AA.VV. *Dossier terrorismo*. Lisboa: Editorial Avantel, 1977, p.113

também organizar um partido – o Movimento Popular Português – dissolvido em 28 de Setembro de 1974. Mais recente é o semanário *A Rua*, fundado em 1976 por uma figura de renome do jornalismo de direita vindo do antigo regime, Manuel Maria Múrias, já detido no 28 de Setembro de 1974 como director do jornal *Bandarra*⁴ e agora novamente em actividade graças também ao financiamento do partido de centro-direita CDS.⁵ Finalmente, a partir de 1980 sai a revista *Futuro Presente*, animada por antigos militantes do nacionalismo universitário da década de 60 e por militantes mais novos crescidos politicamente nos anos da transição. Se *A Rua* tem um cariz de jornalismo polémico direccionado a proporcionar à direita uma voz de combate contra o rumo imposto à transição pelas forças revolucionárias, *Futuro Presente* pretende ser uma revista cultural de reflexão teórica e doutrinária, empenhada na renovação do imaginário da direita portuguesa.

Na frente dos movimentos políticos, formam-se na extrema-direita uma série de grupelhos de escassa relevância, comparativamente à capacidade mobilizadora da extrema-esquerda, mas com uma certa importância na radicalização e organização especialmente das camadas juvenis e estudantis.⁶ Aparecem, assim, grupos constituídos por jovens estudantes do ensino secundário, como a *Juventude Nacional Revolucionária* de 1976 ou siglas criadas por antigos líderes da extrema-direita dos anos 60, como a *Frente de Libertação Nacional Sindicalista*, ou a *Ordem Nova*, fundadas em 1978 e 1980 respectivamente, pelo antigo chefe do *Movimento Jovem Portugal*, Zarco Moniz Ferreira. Mais sólido do ponto de vista militante é o *Movimento Nacionalista*, cuja actividade começa em 1976, mas cujos fundadores provêm do nacionalismo estudantil dos primeiros anos 70, com a mesma sigla MN. Finalmente, em 1980, é apresentada a *Intervenção Nacionalista*, uma sigla que reúne antigos militantes do *Movimento de Acção Portuguesa* (MAP), ilegalizado no 28 de Setembro de 1974,⁷ e intelectuais de extrema-direita contrários à participação desta área política no jogo democrático, através da formação de partidos.

Na área das estruturas metapolíticas, encontram-se uma série de centros de estudos, não particularmente activos e sólidos do ponto

⁴ CÁDIMA, Rui Francisco. Manuel Maria Múrias: um “intelectual orgânico” na RTP ao tempo de Salazar. *Comunicação & Cultura*. Lisboa, BonD, n.7, 2009, p.67-84.

⁵ Do voto claro na direita ao voto confuso na AD. *A Rua*. 21 ago 1980, p.9

⁶ PINTO, António Costa. The Radical Right in Contemporary Portugal. In CHELES Luciano, FERGUSON Ronnie, VAUGHAN Michalina (Ed.). *The Far Right in Western and Eastern Europe*. Londres e New York: Longman, 1995, p.108-128.

⁷ AA.VV. *Relatório do “28 de Setembro”*. Lisboa: Ed. Pareceria A. M. Pereira Lda, 1975, p.28-30

de vista organizativo, mas cuja proliferação representa um indicador importante da estratégia de institucionalização da extrema-direita ao longo do processo de normalização democrática. De facto, a instituição de *think tank* é um objectivo constantemente perseguido pela extrema-direita portuguesa, devido também às características sociológicas dos seus animadores: frequentemente intelectuais, afectos às profissões liberais, vindo, por extracção social, da burguesia urbana e, portanto, próximos dos meios culturais oficiais nos anos do regime autoritário. Estes *think tank* apresentam-se como simples tertúlias ou como centros mais estruturados. Exemplo do primeiro caso é a *Convenção Nacional*, animada em 1979 por personalidades de renome da extrema-direita, como o director de *A Rua*, Manuel Maria Múrias e o Coronel Gilberto Santos e Castro. Seguem-se estruturas que dificilmente passam do papel, como o *Instituto Padre António Vieira*, fundado em 1976 e reactivado em 1980 pelo colaborador de *A Rua*, Fernando Jasmins Pereira e como o *Instituto Histórico Tradicionalista D. Miguel I*, fundado em 1977 por monárquicos miguelistas. Mais sólidos são os projectos do *Instituto de Estudos Português e da Renovação – Associação Nacional de Estudos Políticos e Sociais*. O primeiro é fundado em 1978 pelo general Silvino Silvério Marques, com o apoio dos alemães da Fundação Hans-Siedel, ligada aos conservadores da CSU da Baviera, interessados na consolidação da direita portuguesa em todas as suas componentes.⁸ O projecto, contudo, acaba por gorar devido à intervenção, junto dos patrocinadores alemães, dos dirigentes do CDS, receosos dos excessivos protagonismos à sua direita. A *Renovação*, por seu lado, é fundada em 1977 pelo coronel Gilberto Santos e Castro, e, até 1980, torna-se um ponto de referência de elaboração teórica e de mobilização organizativa para a extrema-direita portuguesa.

A área dos movimentos sociais é composta por quatro subcategorias. A primeira subcategoria é constituída por uma série de organizações formadas pelos portugueses afectados pelo processo de descolonização, como a *Comissão dos Interesses dos Desalojados* (1978), a *Organização de Defesa dos Ultramarinos* (1979), o *Movimento dos Desalojados e Emigrantes Portugueses* (1979), a *Inter-Organização dos Refugiados* e a *Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar*, estas últimas duas promotoras de uma tentativa gorada de partido político dos refugiados, denominado *Frente de Ressurgimento Nacional* (FRATERNA).⁹ Ao longo de todo o processo de transição e normalização da democracia portuguesa, o meio dos retornados permanece um alvo privilegiado da extrema-direita, que

⁸ Tem o apoio da Hans-Seidel o Instituto de Estudos Português. *A Rua*. 10 ago 1978, p.4

⁹ AA.VV. *Dossier terrorismo*. Lisboa: Editorial Avante!, 1977, p.141 e 143

tenta repetidamente enquadrá-lo num sentido anti-sistema. Sintomático desta tentativa de instrumentalização é a acção judicial, promovida em Dezembro de 1979, por dezoito personalidades civis e militares da extrema-direita contra os responsáveis da descolonização, ao abrigo do artigo 114 do Código Penal sobre crimes de alta traição à Pátria.¹⁰ Contudo, o proliferar de movimentos animados pelos retornados, longe de ser um índice de activismo, é mais sinal da conflitualidade interna e da incapacidade de reunir-se à volta de um líder, de uma elite dirigente unanimemente reconhecida e de um projecto reivindicativo sólido de conteúdo político. Isso explica em parte a incapacidade da extrema-direita de capitalizar o descontentamento dos retornados, cujas reivindicações acabam por ser capitalizadas eleitoralmente pelos partidos *mainstream* do centro-direita (PSD e CDS), mais eficazes na defesa dos interesses corporativos dos despojados das ex-colónias.

Outra subcategoria da área dos movimentos sociais é composta por organizações que tentam politizar o descontentamento de trabalhadores e patrões: é o caso do *Movimento Português do Trabalho*, fundado em 1979 por sindicalistas da direita católica, ligados à extrema-direita, mas activos na central sindical UGT e do *Movimento Nacional dos Empresários Usurpados* que tenta aproveitar a fase de normalização para reivindicar os interesses dos empresários espoliados pelas nacionalizações do período revolucionário.

O mesmo carácter reivindicativo de direitos prejudicados pela transição interessa a terceira subcategoria de organizações formadas por vítimas da repressão dos militares golpistas: é o caso da *Associação Portuguesa de Prisioneiros Políticos Anti-marxistas*, fundada em 1978 com intuito de reunir as centenas de portugueses presos no seguimento do 28 de Setembro de 1974 e do 11 de Março de 1975. A iniciativa não tem grandes repercussões, não só porque em 1978 de facto já não existem presos políticos, mas também porque a maioria dos que passaram pelas cadeias de Abril eram quadros do antigo regime ou pessoas privas de qualquer perfil contra-revolucionário e, portanto, pouco interessadas em manter aberta uma parêntese histórica assaz polémica.

A quarta subcategoria de movimentos sociais é constituída por grupos de cariz religioso, surgidos por reacção ao processo de rápida difusão dos valores laicos e progressistas por parte das forças de esquerda no pós-25 de Abril. É o caso da *Associação Portuguesa de Defesa da Família* (1977), do *Movimento Amor e Vida* (1977) e do *Movimento Português contra o Aborto* (1979). Todos estes movimentos sociais recebem uma

¹⁰ Descolonizadores poderão ser julgados. *Expresso*, 21 nov 1981, p.1-2

atenção particular por parte dos partidos e da imprensa de extrema-direita, que procura aliciar este sector conservador, apresentando-se como o único baluarte em defesa dos valores tradicionais de Portugal. Como no caso dos retornados, o proselitismo da extrema-direita tem um êxito escasso que não ultrapassa os contactos fisiológicos entre áreas ultra-conservadoras.

A procura de uma liderança

A fragmentação das forças de extrema-direita numa miríade de organizações com escassa capacidade de pressão política é acompanhada pela contínua tentativa de encontrar um chefe ou uma elite dirigente coesa, capaz de reunir todas as forças dispersas à volta de um projecto comum. Esta actividade segue dois vectores divergentes: por um lado a tendência de alguns elementos de extrema-direita em se autoproclamar líderes da área radical, por outro lado a tentativa por parte de grupos de extrema-direita de cooptar personalidades, internas ou externas à área radical, na liderança de toda a área. Protagonistas ou alvos destas procuras são personalidades tanto civis como militares. Neste sentido, nos anos da normalização democrática sucedem-se uma série de altas patentes militares, afectas ou contrárias ao 25 de Abril, que tentam emergir na área direita do espectro político, aliciando também os sectores mais radicais.

Na segunda metade de 1976, o coronel Galvão de Melo, antigo membro da Junta de Salvação Nacional, adquire uma certa ascendência na extrema-direita graças ao papel equilibrado desempenhado como presidente da Comissão de extinção da PIDE/DGS, à acção anticomunista vigorosa durante o Verão quente de 1975 e à postura independente assumida na Assembleia da República como deputado do CDS. Contudo, a não pertença do general à família política da extrema-direita e o cariz meramente instrumental da sua acção junto desta área, faz com que as relações se mantenham sempre num plano de mútua desconfiança, chegando mesmo a rupturas abruptas com vozes oficiais da área radical, principalmente com o grupo do semanário *A Rua*.¹¹

Concorrente principal de Galvão de Melo na liderança da extrema-direita é o general Kaulza de Arriaga, que, já antes de 1976, goza de um prestígio inegável nas fileiras radicais, reforçado pela longa reclusão por actividade contra-revolucionária. Em meados de 1976, Kaulza regressa à actividade pública com a intenção de congregar à sua volta forças consistentes da extrema-direita. A estratégia por ele seguida, contudo,

¹¹ O fim de Galvão de Melo anuncia o fim do CDS? *A Rua*. 24 mar 1977, p.7

afecta o crédito largamente conquistado na área radical e demonstra mais uma vez a fraca capacidade de liderança e de coordenação dos meios radicais. Kaulza de Arriaga, de facto, desilude rapidamente os muitos que tinham saudado o seu regresso à política. Fiel à sua afirmação de Maio de 1974: “nunca fui nem sou da extrema-direita nem de qualquer forma reaccionário”,¹² Kaulza de Arriaga apresenta-se em 1976/77 como promotor de um movimento “anti-marxista e anti-extremista” interessado em tornar-se um ponto de referência por todos os anti-comunistas portugueses, desde o PS até ao CDS, com exclusão da extrema-direita. A irresolução, até o verão de 1979, em transformar o MIRN em partido político, as tentativas de se propor como força frentista anti-comunista, o apoio eleitoral à coligação de centro-direita da Aliança Democrática por ocasião das legislativas de 1979¹³ e a aproximação aos partidos à direita do CDS só como segunda opção ditada pelo ostracismo dos moderados, denotam o carácter de retaguarda da operação MIRN, cujo único objectivo foi, desde o princípio, a promoção personalista de Kaulza de Arriaga com vista à sua candidatura à presidência da República com o apoio do centro-direita. Uma estratégia que não recolheu nenhum crédito entre os partidos moderados e que, aliás, contribuiu exclusivamente à perda de credibilidade do general junto da área radical.¹⁴

A terceira figura militar que tenta promover a sua carreira política na direita do CDS é o major Sanches Osório, antigo membro da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA), fautor do golpe militar. Alheio à cultura política da extrema-direita, Sanches Osório ganhou algum prestígio nesta área política pelo papel desempenhado como Ministro da Comunicação Social no II Governo provisório (18 de Julho – 30 de Setembro de 1974). A viragem a direita dá-se com a sua nomeação à presidência do PDC, em Janeiro de 1975, e, principalmente, com o período da clandestinidade após o 11 de Março de 1975, quando, refugiado em Espanha, integra as fileiras do Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (MDLP), a organização do general António de Spínola que actua na clandestinidade paralelamente ao Exército de Libertação de Portugal (ELP). Como dirigente do PDC, Sanches Osório longe de ser um elemento de aglutinação das forças radicais, envolve-se numa luta interna ao partido contra outro militar de Abril, o ex primeiro ministro do VI Governo provisório (19 de Setembro de 1975 – 23 Julho de 1976), almirante Pinheiro de Azevedo, ele também à procura de uma base de apoio eleitoral no meio anti-marxista.

¹² Partido de centro-direita e hipótese a considerar, *Expresso*, 11 maio 1974, p.1-2

¹³ O suicídio político de Kaulza de Arriaga. *A Rua*, 15 nov 1979, p.13

¹⁴ MIRN-partido e PDC vão construir bloco eleitoral. *A Rua*, 09 ago 1979, p.3

Se Pinheiro de Azevedo foi sempre detestado pela extrema-direita, devido às suas posições decididamente centristas e moderadas, Sanches Osório, pelo contrário, tornou-se, por um determinado período, referente dos radicais interessados numa viragem ainda mais a direita do PDC, contra as facções internas moderadas. Neste sentido, na primavera de 1979, Sanches Osório é apoiado pela extrema-direita na sua nova conquista da presidência do PDC, com o intuito de limpar o partido dos moderados e torna-lo a referência do eleitorado anti-sistema; uma expectativa rapidamente malograda, em Junho de 1979, com a passagem de Osório do PDC ao CDS, em busca de uma carreira política mais sólida.¹⁵

Numa análise geral, no final da década de 70, os militares tinham aportado uma contribuição muito escassa à estruturação da extrema-direita. Os intentos comuns de colaboração, celebrados numa reunião em Londres em Maio de 1977 entre Galvão de Melo, Kaulza de Arriaga e Silvino Silvério Marques, tinham ficado letra morta.¹⁶

Se a auto-promoção dos militares a chefes das direitas radicais deu escassos resultados, a procura entre os civis não sortiu efeitos melhores. No começo da normalização democrática, o referente mais influente para as direitas radicais é Francisco Lucas Pires, jovem quadro dirigente do CDS, com um passado no nacionalismo universitário dos anos 60. A extrema-direita vê nele o instrumento para influenciar o CDS, contra a liderança moderada de Adelino Amaro da Costa.¹⁷ Esta expectativa parece concretizar-se em Dezembro de 1978, por ocasião do Congresso do CDS no Porto, onde de facto Lucas Pires adquire uma posição de destaque como dirigente de um partido que aparenta orientar-se cada vez mais a direita.¹⁸ Nos dois anos seguintes, contudo, o percurso de Lucas Pires, longe de se caracterizar por um claro posicionamento a direita, perde-se nas lutas internas ao CDS para a conquista de posições de lideranças do partido, com escasso reflexo na orientação política do mesmo. A aceitação, em Janeiro de 1980, do cargo de coordenador da coligação PSD-CDS – a Aliança Democrática (AD) – afasta definitivamente Lucas Pires dos projectos dos radicais, tornando-o o referente da ala liberal do centro-direita.¹⁹

Ainda menos frutuosas resultam as tentativas da extrema-direita de cooptar como líderes duas personalidades de renome do regime

¹⁵ Sanches Osório troca o PDC pelo CDS. *A Rua*. 28 jun 1979, p.12

¹⁶ Organiza-se a oposição nacional? *A Rua*, 26 maio 1977, p.5

¹⁷ No CDS mudou alguma coisa ou só mudou o Lucas Pires? *A Rua*. 14 dez 1978, p.13

¹⁸ JC e Lucas Pires, os vencedores de um Congresso. *A Rua*. 22 fev 1979, p.18

¹⁹ Sousa Tavares vs Lucas Pires e vice-versa. *A Rua*. 17 jan 1980, p.3

deposto: o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, Franco Nogueira, e o antigo Ministro do Ultramar, Adriano Moreira. Em relação ao primeiro, a extrema-direita enceta, entre Abril de 1979 e Janeiro de 1980, uma campanha de apoio à sua candidatura para as eleições presidenciais de 1980, sem nunca receber um sinal positivo de aceitação por parte do antigo ministro, que aliás acaba por desmarcar-se de qualquer veleidade presidencialista.²⁰ Em relação ao segundo, a atenção da extrema-direita agudiza-se na primavera de 1978 quando surge a hipótese do antigo ministro poder fundar e liderar um partido à direita do CDS.²¹ Trata-se contudo de um fogo-fátuo, visto que Moreira resolve ingressar na órbita do CDS, assumindo até posições favoráveis à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e à recandidatura presidencial de Ramalho Eanes em 1980, ambos temas fortemente contrastados pela extrema-direita.²²

A atitude tanto de Franco Nogueira como de Adriano Moreira encaixa perfeitamente na indisponibilidade generalizada dos antigos notáveis do regime em encabeçar projectos políticos de direita radical na jovem democracia portuguesa.²³

A extrema-direita e a dupla estratégia de luta e de governo

Do ponto de vista da estratégia eleitoral, o período 1976-1980 pode ser dividido em duas fases, caracterizadas por diferentes atitudes das forças mais activas da extrema-direita portuguesa. Numa primeira fase, entre o 25 de Novembro de 1975 e o verão de 1979, as forças de extrema-direita tentam repetidas aproximações aos partidos do centro-direita institucional, nomeadamente o CDS e procuram, em nome do anti-comunismo, um espaço autónomo na coligação, que lhe garanta aquela legitimidade política não alcançada durante o período revolucionário. Esta estratégia realista é simbolizada pelo apoio de parte da extrema-direita à candidatura do general Ramalho Eanes à presidência da República em 1976. Nesta opção não há nenhuma identificação ideológica e nenhum apego particular em relação ao candidato, apesar do seu papel anti-comunista no 25 de Novembro de 1975, mas apenas a constatação que a vitória do candidato das forças nacionais e anti-comunistas facilitaria

²⁰ A candidatura de Franco Nogueira. *A Rua*. 10 jan 1980, p.24

²¹ Adriano Moreira vai chefiar mais um partido de direita? *A Rua*. 06 abr 1978, p.12-13

²² Lucas Pires e Adriano Moreira com as portas abertas em Belém. *A Rua*. 04 set 1980, p.14

²³ PINTO, Jaime Nogueira. A Direita e o 25 de Abril. Ideologia, estratégia e evolução política. In COELHO, Mário Baptista (org). *Portugal, o sistema político e constitucional 1974-1987*. Lisboa: ICS, 1989, p.193-212.

a obtenção da plena cidadania política e constitucional no Portugal democrático para a extrema-direita.²⁴

Numa segunda fase, entre o verão de 1979 e as eleições legislativas de 5 de Outubro de 1980, a recusa persistente das cúpulas dos partidos centristas, PSD e CDS, em aceitar as forças de extrema-direita como interlocutoras institucionais, obriga estes actores a encetar uma estratégia de alternativa ao sistema, com o intuito principal de subtrair aos partidos centristas, as porções de eleitorado radical – estimado em quase 3% em 1978²⁵ – que tinham optado pelo “voto útil” para os partidos *mainstream* ou se tinham refugiado no abstencionismo.

Na primeira fase, a extrema-direita sofre a posição hegemónica do CDS que consegue assegurar-se uma percentagem considerável do eleitorado à sua direita e causa uma competição desagregadora entre as forças extremistas. Neste sentido, no começo de 1976, o núcleo influente ligado ao recém-nascido semanário *A Rua* apoia o CDS com o intuito de concentrar o voto de extrema-direita no partido centrista e assim radicaliza-lo.²⁶ Pelo contrário, o PDC, neste momento o único partido estruturado à direita do CDS, vê-se obrigado a concorrer sozinho às eleições legislativas de 1976, devido à recusa do CDS em coligar-se. Esta posição divergente dos dois referentes do eleitorado radical resulta, em ambos os casos, perdedora. O grupo de *A Rua* não consegue modificar as relações de forças internas ao CDS, apesar da fase favorável de oposição ao governo socialista. O PDC, por seu lado, conquista escasso 0,54% de votos (29.874 preferências), moderando assim os receios de muitos observadores que, já por ocasião das eleições constituintes de Abril de 1975, apontavam o partido democrata-cristão como um temível concorrente do moderado CDS.²⁷

Para além disso, o eleitorado de extrema-direita que vota CDS não vê reconhecido nenhum papel nas dinâmicas internas ao partido centrista, como bem esclarece o seu líder, Diogo Freitas do Amaral, em declarações ao semanário *A Rua*:

A Direita [...] que apoiar ou votar no CDS, saberá de antemão que, em contrapartida destes apoios e destes votos, o CDS não fará uma política de Direita, mas sim uma política de Centro, que consta da sua declaração de princípios. Gostaria que todas as pessoas da Direita entendessem muito

²⁴ A Direita e Ramalho Eanes. *A Rua*. 17 jun 1976, p.13

²⁵ BACALHAU, Mário. *Atitudes, Opiniões e Comportamentos políticos dos portugueses: 1973-1993*. Lisboa: FLAD, 1994, p.58

²⁶ Apoiamos o CDS. *A Rua*. 30 mar 1976, p.3

²⁷ De onde vêm e quando se formaram os 14 partidos concorrentes à Assembleia da República. *Expresso*. 23 abr 1976, p.15

claramente esta posição do CDS – para que depois não nos digam que enganamos os eleitores.²⁸

As direitas radicais convergem pela primeira vez numa estratégia comum aquando da crise do I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares desde 23 de Setembro de 1976 e que já em finais de 1977 se encontrava demissionário por falta de confiança parlamentar. A constituição de um II Governo Constitucional, em Janeiro de 1978, chefiado mais uma vez por Mário Soares graças ao acordo parlamentar entre PS e CDS, leva a extrema-direita a reunir-se numa frente única de oposição à “coligação envergonhada” entre os socialistas e o partido centrista, apontado como traidor descarado do eleitorado de direita.²⁹ Com esse fim, a extrema-direita propõe estrategicamente, como alternativa, um governo de unidade nacional onde confluem todos os partidos anticomunistas, PS-PSD-CDS, à volta de um chefe de governo super-partidário, capaz de enfrentar a crise institucional sem ser refém dos partidos. Encontram esta alternativa, por um breve período de apenas quatro meses, no III Governo constitucional, chefiado por Alfredo Nobre da Costa, formado, por iniciativa presidencial, em 29 de Agosto de 1978 nos escombros do governo de coligação PS-CDS.³⁰

O comportamento das forças de extrema-direita nestes três anos de consolidação democrática demonstra a total incapacidade de jogar uma acção prepositiva própria e a necessidade de ir ao reboque dos partidos institucionais anti-comunistas, sem contudo conseguir exercer sobre eles nenhuma influência.

Paralelamente à estratégia de retaguarda face aos partidos do sistema, as forças de extrema-direita envolve-se em confrontos mútuos, para conquistar a hegemonia da área radical. Em particular, desde o começo de 1979, o núcleo ligado ao semanário *A Rua* enceta uma dupla campanha: por um lado, o assalto ao PDC, apoiando o regresso, na sua liderança, do major Sanches Osório considerado funcional, nesta fase, à unidade das direitas, apesar da sua proclamada identidade democrata-cristã e moderada;³¹ por outro lado, o assalto ao CDS, tentando promover, dentro do partido centrista, a liderança de Francisco Lucas Pires, próximo dos radicais, em detrimento do mais moderado e influente Adelino Amaro da Costa.³²

As tentativas de influenciar os dois partidos de direita, para uma hipotética fusão e deslocação a direita, são rapidamente ultrapassadas

²⁸ Portugal somos nós próprios. *A Rua*. 15 set 1977, p.8-9

²⁹ Lucas Pires e Adriano Moreira com as portas abertas em Belém. *A Rua*. 04 set 1980, p.14

³⁰ O País não lhe perdoará. *A Rua*. 07 set 1978, p.3

³¹ Lucas Pires afasta-se da direcção do partido. *A Rua*. 11 jan 1979, p.12

³² Lucas Pires impõe-se ao CDS? As bases centristas repudiam Adelino. *A Rua*. 08 fev 1979, p.6

pelos eventos, nomeadamente pela formação, no verão de 1979, da coligação centrista Aliança Democrática (AD), formada por PSD, CDS e monárquicos do PPM. O acordo entre os dois partidos centristas divide mais uma vez a extrema-direita. Após uma primeira oposição à operação centrista,³³ o grupo de *A Rua* apoia a coligação, pensando mais uma vez de poder jogar um papel na futura área de centro-direita, como *think tank* incumbido da mobilização pro-AD do eleitorado radical e de promoção nela de seus candidatos. Esta escolha estratégica, criticada por outras componentes da extrema-direita, é justificada pelo semanário como opção de puro realismo político:

Organizar, fazer viver e vibrar um pequeno partido de extrema-direita é uma tarefa heróica e fascinante; dividir os votos anti-marxistas, para ser menos que o CDS – é um erro tático e estratégico sem a menor justificação. Para a Direita civilizada, chega-nos o CDS; se queremos ser a Direita pura e dura [...] arquem com todas as consequências de o querermos ser. A violência – como a imaginava Georges Sorel – é um dos fundamentos da criação. No actual sistema ou nos assumimos revolucionária e criadoramente violentos, ou nos emulamos às aras da marginalização – ou é melhor estar sossegados – e deixar andar quem anda. Não há carisma pessoal que resista às situações de facto: – somos muito menos o que pensamos ser, do que aquilo que outro dizem que somos.³⁴

Diferente é a posição dos outros dois actores da área radical. O PDC e o recém-nascido MIRN do general Kaulza de Arriaga, vêm-se mais uma vez ostracizados pelo CDS e, após a tentativa fracassada de encontrar um espaço na coligação centrista, são confinados na marginalidade absoluta. Contudo as relações de forças mudam rapidamente, sempre em consequência do desinteresse total dos centristas em incluir os radicais na sua estratégia. Em Agosto de 1979, de facto, a liderança da AD decide abrir à coligação a personalidades independentes oriundas das fileiras socialistas, que assim se candidatam nas listas da AD como grupo de “Reformadores”. Esta viragem à esquerda da coligação centrista provoca o afastamento do grupo de *A Rua*, que se aproxima assim do PDC, candidatando, nas suas listas, 6 “Independentes de Direita”, figuras cimeiras do semanário radical.³⁵ Mesmo assim, a unidade de toda a área radical ainda não se realiza: em Novembro de 1979, o general Kaulza de Arriaga, embora marginalizado pelos centristas, apela em nome do MIRN ao voto para a AD.³⁶

Apesar do ostracismo dos centristas e da defecção do MIRN, o desempenho eleitoral da coligação de extrema-direita “PDC

³³ Face ao acordo PSD-CDS-PPM a direita abstém-se. *A Rua*. 05 jul 1979, p.3

³⁴ As opções da direita. *A Rua*. 02 ago 1979, p.4

³⁵ A direita concorre às eleições. *A Rua*. 11 out 1979, p.1

³⁶ O suicídio político de Kaulza de Arriaga. *A Rua*. 15 nov 1979, p.13

– Independentes de Direita” é um sucesso em termos históricos comparativos para esta área política: com o 1,20% do eleitorado (72.514 votos), a coligação não elege nenhum candidato na Assembleia da República, mas convence às forças à direita do CDS da viabilidade de um projecto político alternativo.³⁷ Este efeito psicológico positivo, contudo, não se traduz em efeitos práticos relevantes. As estratégias dos meses seguintes continuam variáveis em pelo menos três direcções divergentes. Uma parte da extrema-direita continua a recusar o empenho eleitoral, considerando-o um esforço condenado a recolher um punhado de votos absolutamente inútil do ponto de vista das relações de forças entre os partidos representados no parlamento. Esta extrema-direita, portanto, opta por um empenho no campo da metapolítica, ou seja da promoção de actividades culturais e de formação doutrinária que permita o fortalecimento de quadros políticos por um projecto de hegemonia de médio-longo prazo.³⁸ Uma outra parte da extrema-direita considera que o sucesso relativo conseguido nas intercalares de 1979 e o seu possível incremento nas legislativas de 1980, seja um cartão-de-visita mais que suficiente para encetar novas negociações com a Aliança Democrática, com o intuito de incluir candidatos radicais na coligação centrista. Uma terceira parte da extrema-direita, mais entusiasta com os resultados de 1979, aposta na estruturação de num projecto absolutamente alternativo à AD, que tente subtrair ao CDS o eleitorado mais a direita, ocupando assim o espaço político que lhe pertence.³⁹

Estas divergências estratégicas fazem com que a extrema-direita se apresente mais ma vez desarticulada às legislativas de 5 de Outubro de 1980. Num primeiro momento, os únicos dois partidos de extrema-direita oficializados, o PDC e o MIRN, decidem tratar separadamente o ingresso na coligação da Aliança Democrática. Recusados ambos, vêm-se obrigados a aproximar-se num projecto comum, em consideração do facto que as legislativas de 1980 prevêm-se como bastante favoráveis às forças de direita e portanto uma ocasião a não perder. Neste sentido, também o meio político de *A Rua* aceita unir-se ao PDC e MIRN, constituindo, por este efeito, a efémera Frente Nacional (FN).⁴⁰ Esta coligação eleitoral PDC-MIRN-FN não convence, mais uma vez, toda a extrema-direita militante. Os ortodoxos, que desde o 25 de Abril tinham recusado o jogo democrático, organizando-se no Movimento de

³⁷ MÚRIAS, Manuel Maria. Os 70.000. *A Rua*. 06 dez 1979, p.24

³⁸ PINTO, Jaime Nogueira. A Direita e o 25 de Abril. Ideologia, estratégia e evolução política. In COELHO, Mário Baptista (org). *Portugal, o sistema político e constitucional 1974-1987*. Lisboa: ICS, 1989, p.193-212.

³⁹ MÚRIAS, Manuel Maria. Avançar na unidade e no espaço. *A Rua*. 24 jan 1980, p.24

⁴⁰ É chegada a hora de se formar a Frente Nacional. *A Rua*. 27 mar 1980, p.1

Acção Nacional (MAP) e agora na Intervenção Nacionalista, boicotam a coligação. As razões não se prendem apenas com o anti-eleitoralismo, mas também com algumas escolhas programáticas da coligação, influenciadas pelo empresário e financiador da FN, Bernardo Guedes da Silva, como a abertura aos governos marxistas das ex-colónias africanas em nome de uma suposta recuperação dos laços lusófonos. Também os “metapolíticos” não apoiam a iniciativa. Este grupo, bastante activo, está empenhado nesta fase no novo projecto editorial promovido por Jaime Nogueira Pinto, a revista *Futuro Presente*, cujo intuito é introduzir em Portugal as ideias da Nova Direita francesa de Alain de Benoist e, ao mesmo tempo, da nova direita anglo-saxónica da Margaret Thatcher e de Ronald Reagan, em ascensão na Europa e nos Estados Unidos. É de assinalar também o não interesse nesse derradeira coligação extremista, de antigos líderes radicais, como José Miguel Júdice, que desde 1976, ou seja desde o regresso da clandestinidade, abandonaram as veleidades revolucionárias e se aproximaram do PSD e da Aliança Democrática, com o claro intuito de combater a hegemonia das esquerdas, através da única alternativa que se demonstrou viável para a conquista do poder. Neste sentido é interessante a caracterização que José Miguel Júdice faz do projecto político da extrema-direita no final dos anos 70:

Um projecto meramente negativo, crítico, que explora os erros e os fracassos, mas que não só não oferece os “amanhãs que cantam” como nem sequer pode propor uma solução política concreta que possa substituir a Aliança Democrática. [...]

Depois do projecto territorial africano ter soçobrado, que grande ideia, que grande tema, que grande corpo de doutrina poderá interessar e motivar para a acção política a juventude portuguesa não colonizada mentalmente pelos estereótipos marxistas?⁴¹

De facto, a agenda política da extrema-direita não brilha por originalidade e espírito prepositivo. Do ponto de vista programático, esta agenda pode ser analisada em dois diferentes grupos de propostas: um bastante parecido com as propostas dos partidos centristas (PSD e CDS) e, portanto, pouco chamativo por um eleitorado adepto do voto útil na AD ou da abstenção, mas supostamente aberto a uma proposta de alternativa radical; outro constituído por propostas de facto precípuas e características da extrema-direita em comparação com os partidos moderados, mas cujo extremismo torna-se cada vez mais anacrónico com o avançar da normalização do processo de transição e da consolidação da democracia em Portugal. Em relação ao primeiro grupo de medidas,

⁴¹ Júdice, José Miguel, A luta das coligações, *O Diabo*, 12 ago 1980, p.2

os partidos à direita do CDS combatem para uma profunda revisão constitucional que elimine as influências marxistas na Constituição de 1976 e para a instauração do presidencialismo em Portugal; procuram a liberalização da economia, o fim das nacionalizações impostas durante o processo revolucionário e a promoção da livre iniciativa do capitalismo privado no País; apelam para a revisão da reforma agrária, o fim da ocupação e colectivização das terras e a devolução dos fundos aos espoliados ou a sua indemnização; desejam a extinção do Conselho da Revolução como forma de acabar de vez com a tutela dos militares do MFA sobre a vida política do país. Trata-se, como se pode ver, de medidas promovidas também pela Aliança Democrática e que, a partir dos primeiros anos 80, serão progressivamente alcançadas pelos governos centristas.

Mais característicos são os pontos programáticos radicais: a oposição total à integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia e a promoção do regresso de Portugal à África através de relações económicas privilegiadas com as antigas colónias num espaço comum moldado no exemplo da Commonwealth; a ilegalização do Partido Comunista Português como força ao serviço de uma potência estrangeira interessada em destabilizar o sistema político nacional para instaurar uma ditadura pro-soviética; a realização de julgamentos contra os responsáveis da descolonização e do chamado "terror gonçalvista", ou seja das medidas repressivas encetadas contra os militantes das direitas no período revolucionário e durante os governos do coronel Vasco Gonçalves.⁴² Este segundo grupo caracteriza-se por propostas bastante irrelevantes para a actualidade política do princípio da década de 1980 e que dificilmente teriam convencido o eleitorado potencial da necessidade de votar em forças políticas de extrema-direita.

Assim, face ao objectivo ambicioso da coligação PDC-MIRN-FN de incrementar os 70.000 votos de 1979 e eleger representantes na Assembleia da República, o resultado é francamente desastroso: com 23.819 votos, a coligação conquista apenas o 0,4% do eleitorado. A perda de 2/3 de eleitorado face às intercalares de 1979 é o golpe final nas veleidades da extrema-direita em se estruturar como força política autónoma com um projecto institucional na democracia portuguesa. A este respeito é indicativo o comentário à derrota eleitoral feito pelo director do semanário *A Rua*, Manuel Maria Múrias:

A Direita deixou de existir ou mesmo nunca existiu [...] ou arranjou emprego nos quadros estatais e partidários da coligação [...]

⁴² Manifesto eleitoral. *A Rua*. 11 set 1980, p.3

[Reduziu-se a um grupo de] franjas esfarrapadas no ideário que a multidão rejeita com a paixão ininteligível que é própria das multidões.⁴³

Em consequência da derrota eleitoral, a área ligada ao semanário *A Rua* fragmenta-se com o fecho da publicação apenas um mês após as eleições. O MIRN permanece com uma actividade cada vez mais escassa até o verão de 1984. Só o PDC continuará a garantir uma presença testemunhal na década de 80, sem nenhum interesse e relevância do ponto de vista eleitoral.⁴⁴

Conclusões

Os factores que determinaram o fracasso das direitas radicais, no seu processo de institucionalização, ao longo do período da transição, devem ser procurados no legado deixado pelo regime deposto, na tipologia da transição do autoritarismo à democracia e nas características endógenas da área radical. O efeito nefasto produzido pelo autoritarismo do regime nas forças das direitas radicais activas na transição democrática é um facto não apenas para o caso português, mas também para o espanhol e o grego, contemporâneos e de certa forma congéneres.⁴⁵ Este falhanço comum não é atenuado de forma substancial pelas diferentes naturezas da transição. A transição por ruptura causada por um golpe militar seguido de um processo revolucionário em Portugal e a transição por acordo entre as forças franquistas e antifranquistas ao abrigo da monarquia, em Espanha, produziram o mesmo efeito nas extremas-direitas: uma substancial incapacidade de assegurar-se um papel de qualquer relevo no novo regime.

No caso específico português, tanto o legado do autoritarismo como a natureza da transição afectaram profundamente a extrema-direita, agravando aquelas deficiências endógenas já existentes. De facto, as direitas radicais nunca representaram uma área homogénea. Mesmo durante o regime, elas sofreram sempre de um alto nível de conflitualidade interna, devido a fracturas ideológicas e, mais frequentemente, aos personalismos dos diferentes líderes. O resultado foi a incapacidade de estruturar-se de forma consistente à volta dos denominadores comuns que as uniam e de competir com as restantes famílias políticas internas

⁴³ MÚRIAS, Manuel Maria. A derrota da direita. *A Rua*. 09 dez 1980, p.24

⁴⁴ MIRN e PDC serão cancelados do registo e dissolvidos por inactividade por acórdão do Tribunal Constitucional, em 1997 e em 2004 respectivamente.

⁴⁵ CASALS, Xavier. *La tentación neofascista en España*. Barcelona: Plaza&Janés, Barcellona, 1998, p. 143-147

ao regime para exercer de forma determinante a própria influência nos equilíbrios palacianos. Reduzidas a uma posição de submissão decenal ao paternalismo salazarista, as direitas radicais conservaram a sua identidade, caracterizada, dentro do Estado Novo, por aquela liberdade de extremismo típica de certas semi-oposições internas aos regimes autoritários.⁴⁶ A sobrevivência num meio político não competitivo e a renúncia prolongada à iniciativa autónoma, provocaram a incapacidade de renovar o seu património filosófico-político e de elaborar uma agenda adequada à mudança da cultura política e das contingências históricas do País. Esta ancilose revelou-se particularmente perniciosa no momento da transição democrática, quando o termo “direita” tornou-se sinónimo do pior legado das quatro décadas de regime autoritário. Este facto não somente impediu o coreto posicionamento das forças políticas no eixo direita-esquerda, mas obrigou as formações mais à direita a uma estratégia defensiva e a um discurso político incerto, alvo fácil da repressão. Este desnorteamento foi agravado pelos processos de repressão, particularmente agudos em 28 de Setembro de 1974 e em 11 de Março de 1975, e pelo processo de saneamento, que dissuadiram praticamente todos os quadros superiores do antigo regime de se empenharem na liderança e reorganização das direitas radicais. O abandono interessou também muitos dos jovens quadros radicais, activos nos primeiros meses da transição mas cada vez mais desiludidos acerca da viabilidade de uma alternativa construída na extrema-direita do espectro político. No momento da formação dos partidos no rescalde do 25 de Abril, a extrema-direita, em vez de promover uma estratégia comum à volta de pontos como o anti-comunismo e a defesa do Império, fragmentou-se numa série de partidos diferentes, em nome de lideranças escassamente reconhecidas e de diferenças ideológicas bastante esfumadas: desde os saudosistas do *modus governandi* salazarista aos nacionais-católicos, desde os nacionais-revolucionários fascizantes aos mais confusos promotores de improváveis soluções liberais, demo-trabalhistas, sociais-democratas de aceso teor anti-marxista. Nenhuma destas formações conseguiu conquistar a hegemonia da área radical e o seu protagonismo contingente emergiu mais pela progressiva ausência de concorrentes eliminados pela repressão que por capacidades próprias.

Estas fraquezas endógenas da extrema-direita foram agravadas por factores externos particularmente sensíveis para o êxito dos radicais. Em primeiro lugar, o maior partido centrista, o PPD/PSD, herdeiro da

⁴⁶ LINZ, Juan. Opposition in and under an authoritarian regime: the case of Spain. In DAHAL, Robert A. (ed.), *Regimes and oppositions*. New Haven: Yale University Press, 1973, p.171-259.

ala liberal do marcelismo, conseguiu segurar-se a estrutura de base do antigo partido único do regime, ancorando assim boa parte do eleitorado anti-marxista a nível nacional. Em segundo lugar, a Igreja católica preferiu apoiar a direita moderada, o CDS, mais que as franjas ultracatólicas, contribuindo assim ao fracasso por parte dos radicais de se institucionalizar através de um partido fortemente conservador de cariz democrata-cristão. Finalmente, a mesma componente anti-marxista militar, interna ao MFA, optou por apoiar o CDS, instrumentalizando só marginalmente a extrema-direita e marginalizando, de facto, figuras militares renomadas entre os ultras, como o general Kaulza de Arriaga. De facto, os partidos moderados, a Igreja e os militares anti-marxistas não teriam recebido nenhuma vantagem significativa do reconhecimento oficial da extrema-direita como potencial aliado. A posição de ruptura – pelo menos na forma, visto que na substância as relações foram bem mais consistentes – permitiu-lhes evitar as consequências das acusações de contra-revolucionarismo. Este estigma recaiu inteiramente sobre a extrema-direita, afectando as figuras políticas que nela se apoiaram mais abertamente: o caso emblemático é o do general Spínola. Seguindo a análise de um observador privilegiado da área radical da altura, a participação em improváveis tentativas golpistas, a incapacidade de interpretar as mudanças na cultura política mesmo do eleitorado mais a direita (já não atraído pelos simples proclamas contra o perigo do comunismo e da democracia), o progressivo afastamento dos jovens quadros radicais (únicas possíveis fontes de renovação), as tendências do eleitorado pelo voto útil para os partidos moderados, a conclusão do processo de descolonização e a consequente perda de sentido de qualquer revanchismo imperial,⁴⁷ inviabilizaram, a partida, qualquer projecto de extrema-direita nos anos da normalização e consolidação democrática.

⁴⁷ PINTO, Jaime Nogueira. *A direita e as direitas*. Lisboa: Difel, 1996, p. 235.